

# Resenha de Saes, Flávio Azevedo Marques de e Alexandre Macchione Saes, História Econômica Geral.

São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

**André Villela**

*AAVILLELA@fgv.br*

*Professor da FGV/EPGE*

A disciplina de ‘História Econômica’ é parte integrante do ensino de Economia no Brasil desde, pelo menos, o Decreto n. 7988, de 22 de setembro de 1945, que criou o curso de Economia na Universidade do Brasil e estabeleceu currículo que passaria a ser adotado por outras instituições no país.<sup>1</sup> Durante muitos anos, parecem ter predominado, no ensino da disciplina, livros-texto de autores estrangeiros (franceses, sobretudo), a exemplo de Marcel Montels, Charles Morazé, Maurice Niveau, Fernand Braudel e Frédéric Mauro.<sup>2</sup> A estes se juntaram algumas obras de autores brasileiros, como a História Econômica Geral e do Brasil, de Raimundo Girão (1ª edição em 1964) e livro homônimo de autoria de Roberto Haddock Lobo, originalmente lançado em 1967 e com reedições posteriores.

Em 1980 apareceu a primeira edição de História Econômica Geral e do Brasil, de Hilário Franco Jr. e Paulo P. Chacon, posteriormente publicada, em sucessivas reedições e com a supressão de algumas poucas sessões que tratavam especificamente do Brasil, com o título de História Econômica Geral.<sup>3</sup> O mesmo nome seria adotado por Cyro de B. Rezende Filho em livro lançado em 1992, com sucessivas reedições.<sup>4</sup>

Passados mais de 20 anos da primeira edição do livro de Cyro Rezende Filho, chega ao mercado editorial brasileiro obra de autoria de dois pesquisadores da FEA/USP, Flávio e

Alexandre Saes. Voltado ao ensino de História Econômica nos cursos de Graduação em Economia, bem como para as disciplinas de História de cursos como História, Relações Internacionais, Ciências Sociais e Jornalismo (conforme se lê na contracapa), esta nova História Econômica Geral tem plenas condições de se estabelecer como um texto de referência em programas de Graduação no país.

Ao longo de mais de 600 páginas, divididas em seis Partes e 24 capítulos, os autores apresentam aquilo que, como eles indicam, é uma história econômica do mundo ocidental desde, aproximadamente, o ano 1.000 D.C. Foi aí que se daria o início da transição da economia/sociedade ocidental rumo ao sistema econômico que iria se tornar predominante em escala global na Era Moderna – o capitalismo.

O livro tem inúmeros méritos, que convém ressaltar desde já. Primeiramente, ele é bem escrito e a narrativa flui bem - atributos nem sempre encontrados em obras desta natureza.<sup>5</sup> Um segundo ponto a ser destacado é a inclusão, tanto na Apresentação como na Introdução, de alentada discussão teórico-metodológica, trazendo um bom panorama das principais correntes históricas e prenunciando os enfoques da preferência dos dois autores da obra. A bibliografia citada é medianamente atual (voltarei a este ponto mais à frente) e os autores fazem bom uso, ao longo do livro, de algumas das referências clássicas/consagradas da literatura. Finalmente, empenham-se em apresentar ao leitor, em diversas ocasiões, os múltiplos pontos de vista/abordagens (frequentemente discordantes entre

1 Ver Castro (2001), p. 35.

2 A impressão de predomínio de autores estrangeiros de livros-texto de História Econômica Geral não decorre de qualquer pesquisa sistemática das amentas da disciplina em escolas de Economia, e sim de um levantamento do acervo das bibliotecas das três instituições de ensino de Economia mais antigas do Brasil, a saber: Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil), Fundação Getúlio Vargas e Universidade de São Paulo.

3 Ver Franco Jr. e Chacon (1985).

4 Ver Rezende Filho (1992). É problema conhecido do mercado editorial brasileiro o emprego do termo ‘edição’ para designar aquilo que, na prática, é mera reimpressão de texto já publicado, sem qualquer alteração do mesmo. O caso do livro de Cyro Rezende Filho é emblemático desta prática confusa: a 10ª edição da obra, lançada em 2013, traz texto idêntico àquele da primeira edição, datada de 1992! Isso explicaria, no cap. 9 (“Alternativa ao Capitalismo”), a manutenção de seção intitulada ‘A Era de Gorbachev (1985-?)’.

5 Os autores e editores devem ser parabenizados por um texto com pouquíssimos erros de português ou de digitação. Uma das raras exceções notadas foi a inclusão indevida de um ‘h’ após o prenome da ex-Primeira Ministra da Grã Bretanha, Margaret Thatcher (às pp. 561, 568 e 618) e a reprodução de erro de tradução em passagem do livro de J. K. Galbraith sobre a Grande Depressão, quando se faz referência a “(...) cidades do condado de Golf (...)” (p. 352). O autor norte-americano, é claro, se referia à especulação imobiliária em cidades da Flórida situadas ao longo da costa do Golfo do México (cities over on the Gulf, no original).

si) sobre determinado fenômeno ou episódio histórico, tomando sempre o cuidado de não indicar uma visão como sendo, necessariamente, a única “correta”. Com isso, expõem de forma clara as naturais divergências encontradas na literatura especializada de História Econômica, divergências estas que servem de prova cabal (se é que exista necessidade de tanto) da vitalidade da disciplina.

A Primeira Parte do livro é dedicada a um competente resumo de tema caro à tradição marxista, qual seja, o longo processo de transição do Feudalismo para o Capitalismo na Europa ocidental. A discussão factual dos três capítulos iniciais é complementada, no cap. 4, pela grande polêmica teórica gerada entre os autores (majoritária, mas não exclusivamente, marxistas) a respeito do tema.

A Segunda Parte, por sua vez, discute um dos tópicos centrais na história econômica da humanidade – a Revolução Industrial. Aqui, possivelmente em maior grau do que em qualquer outra parte do livro, os autores recorrem aos ‘clássicos’ da literatura sobre o tema, cobrindo aspectos tais como as inovações técnicas em setores-líderes, as chamadas revoluções agrícola e demográfica e o papel do comércio exterior.<sup>6</sup> Uma bem-vinda (e incomum) discussão acerca dos impactos da Revolução Industrial sobre o bem-estar dos trabalhadores – na chamada ‘controvérsia do padrão de vida’ – encerra esta Parte do livro.

Na Terceira Parte é coberto o período de c. 1870 até a I Grande Guerra, tanto no tocante à chamada economia ‘real’ (crescimento econômico e industrializações retardatárias) como em seus aspectos financeiros – em particular, o sur-

<sup>6</sup> Em suas próprias palavras: “Por nos aproximarmos das interpretações que situam a Revolução Industrial como um momento de ruptura, fundaremos nossa exposição em textos clássicos sobre o tema, incorporando, quando plausível, dados revelados por pesquisas mais recentes”. Ver Saes & Saes (2013), p. 145.

gimento e consolidação do sistema internacional do padrão-ouro. Como pontos positivos, destacam-se uma boa síntese das contribuições de dois pioneiros na área de desenvolvimento econômico – W. W. Rostow e A. Gerschenkron – e o longo tratamento dado à questão do Imperialismo.<sup>7</sup>

As Partes restantes do livro seguem uma distribuição temática e cronológica consagrada, a saber: O ‘Entre Guerras e a Segunda Guerra Mundial’ (Quarta Parte), a ‘Era de Ouro’ (Quinta Parte) e o período pós-1973 (Sexta Parte). Uma diferença notável em relação a outras referências no gênero são os três capítulos (16, 20 e 23) dedicados à discussão das economias socialistas e o capítulo 24, intitulado ‘Aonde Vai o Capitalismo’, no qual os autores se valem, sobretudo, da abordagem da Escola da Regulação francesa para especular sobre os rumos do sistema econômico atual em um contexto de importância inaudita do setor financeiro.

Conforme assinalado anteriormente, um dos méritos do livro é a clara exposição, por parte dos autores, das escolhas que nortearam a sua abordagem. No tocante ao enfoque, tais escolhas dizem respeito ao marco cronológico (c. 1.000 D.C. até o limiar do séc. XXI); o objeto central do livro (‘o desenvolvimento do capitalismo’); e o seu recorte espacial (‘o mundo ocidental’). Quanto à metodologia, Saes & Saes deixam claro que seu livro não constitui um ensaio interpretativo de História Econômica e, por esta razão, procuram apresentar “(...) um quadro, o mais amplo possível, das diferentes interpretações a respeito de determinados processos históricos a fim de permitir ao leitor uma reflexão própria a respeito de tais processos” (p. VII).

<sup>7</sup> Esta Parte do livro teria se beneficiado caso incorporasse alguns dos argumentos presentes em duas contribuições recentes tratando do impacto da chamada globalização ‘clássica’ (em sua dimensão comercial, sobretudo) nas economias ‘centrais’ e ‘periféricas’, via seus efeitos sobre a dotação relativa de fatores de produção – os chamados efeitos Heckscher-Ohlin. Ver, para detalhes, Findlay e O’Rourke (2007) e Williamson (2011).

Com relação ao marco cronológico, não há muito o que objetar: ao focarem ‘apenas’ nos últimos 1.000 anos de história econômica, os autores já se propuseram um desafio suficientemente complexo e que merece o reconhecimento do leitor. O mesmo pode ser dito com respeito à decisão de se concentrarem no estudo do capitalismo, por si só empreitada das mais demandantes e que, recentemente, envolveu dezenas de estudiosos recrutados entre alguns dos maiores nomes na profissão.<sup>8</sup> O recorte geográfico escolhido (o mundo ocidental), porém, traz implicações importantes, que tiram parte da força da história que o livro se propõe a contar. Elaborarei esta crítica nas próximas páginas.

Ao se restringirem ao mundo ocidental, os autores escolheram se afastar, como eles próprios reconhecem, de um “(...) tema bastante em voga, a ‘grande divergência’, ou seja, a análise das razões que fizeram a Europa se adiantar economicamente em relação aos antigos impérios orientais no período em foco” (p. VIII). Tal afastamento implicou não incorporar em seu texto uma das correntes interpretativas mais produtivas dos últimos 15 anos na área de História Econômica Geral, a chamada Nova História Econômica Comparativa, cujo maior interesse, como os próprios autores apontam, é o estudo da “(...) divergência dos níveis de desenvolvimento entre regiões e países” (p. 9). Ainda segundo Saes & Saes, a preocupação dos autores que adotam esta perspectiva é o estudo das “(...) tendências de longo prazo e a identificação das fontes de crescimento econômico” (ênfase minha), arrolando como elementos explicativos da riqueza e pobreza das nações a geografia, inovação tecnológica, cultura, política econômica e instituições (Ibid.).

É de se lamentar que os autores desta

<sup>8</sup> Ver Neal e Williamson, eds. (2014). *O escopo cronológico e geográfico desta coletânea é distinto daquele escolhido por Saes & Saes, começando na Antiguidade e abarcando o mundo todo (e não apenas o ‘mundo ocidental’, como ocorre no livro ora resenhado).*

História Econômica Geral optem, deliberadamente, por não incorporar em um texto tratando da história do capitalismo as contribuições de uma corrente historiográfica que busca, essencialmente, identificar os múltiplos fatores por detrás daquele que é, possivelmente, o maior acontecimento na história econômica da humanidade desde o Neolítico, a saber: o advento, há cerca de um século e meio, do chamado crescimento econômico moderno, definido como o crescimento, sustentado no tempo, dos níveis de renda per capita, acompanhado de mudança na estrutura da economia (perda de participação relativa da agricultura, em favor dos serviços e indústria).

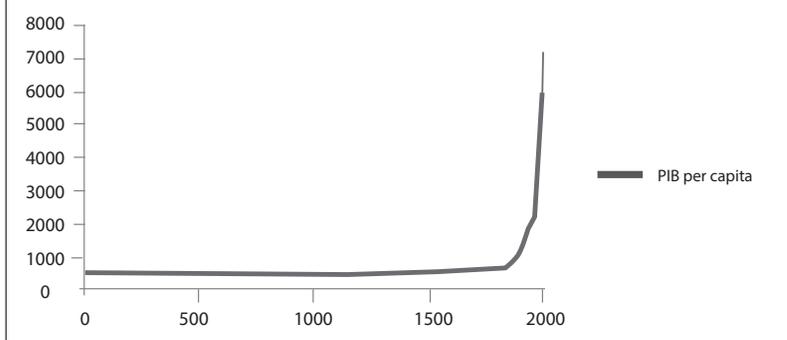
A esta novidade na história humana – o crescimento econômico sustentado – D. McCloskey deu o sugestivo nome de o “Grande Enriquecimento” (the Great Enrichment), fenômeno que envolveu aumento estimado da renda per capita mundial de aproximadamente 10 vezes nos últimos 150 anos, contrastando com virtual estagnação nos cerca de 10.000 anos anteriores.

Repetindo: este é, possivelmente, o fato histórico mais importante da economia desde o advento da agricultura e surgimento das primeiras civilizações humanas. Um leitor do bom livro-texto de Saes & Saes, provavelmente, chegará ao fim da obra sem ter a exata dimensão da mudança operada no progresso material da humanidade em um espaço, relativamente, curto da História.

Uma representação visual do Grande Enriquecimento ajuda a reforçar este ponto. O que se tem é aquilo que D. McCloskey batizou de gráfico do stick de hóquei (ou “a história econômica da humanidade em um gráfico”).<sup>9</sup>

<sup>9</sup> É digna de nota a falta de qualquer referência, no livro ora resenhado, à obra de D. McCloskey, uma das mais prolíficas e respeitadas historiadoras econômicas das últimas décadas.

Figura 1  
PIB per capita do Mundo, 0-2008 D.C.  
(em US\$ internacionais de 1990)



Ao aumento sem precedentes na renda per capita mundial nos últimos 150 anos correspondeu, também, notável expansão populacional (conforme discutido pelos autores no cap. 6), acompanhada de melhoria em uma série de indicadores de desenvolvimento humano.<sup>10</sup> Esta é a grande novidade socioeconômica do último século e meio: crescimento demográfico com (enorme) melhoria no padrão de vida médio dos indivíduos, revertendo milênios de experiência histórica nas quais estas duas tendências não eram sustentáveis no tempo.<sup>11</sup>

O início da inflexão na história universal de crescimento lento e instável da renda per capita (e da população) se deu no Noroeste europeu ao final da Idade Média. Sendo assim, é razoável indagar-se por que ali e não, por exemplo, nas grandes civilizações orientais nas quais se concentrava, até o segundo milênio da Era Cristã, a maior parte da população, atividade econômica e progresso técnico da humanidade.<sup>12</sup> Contrastar,

10 A exemplo da expectativa de vida e estatura física dos indivíduos, em processo em grande parte decorrente do progresso técnico. Para uma discussão, ver Fogel (2004) e Floud et al. (2011). Para a 'convergência' recente de um conjunto de indicadores sociais em escala global, ver Kenny (2005).

11 Abstrai-se aqui de qualquer consideração em torno da viabilidade (ambiental, por exemplo), no longo prazo, do crescimento econômico nos moldes em que ele vem ocorrendo. Para a questão correlata da distribuição de renda em escala global, recomenda-se Milanovic (2011).

12 Ver, a respeito, Abu-Lughod (1989) e Findlay e O'Rourke (2007), especialmente caps. 2 e 3.

portanto, as experiências históricas de crescimento econômico dos extremos da Eurásia – tarefa que está na base do programa de pesquisa da Nova História Econômica Comparativa – deve oferecer pistas para se compreender melhor as forças que promoveram a chamada 'ascensão do Ocidente', graficamente representada pela formação da lâmina do stick de hóquei da Figura 1.

O estudo comparativo da experiência de crescimento econômico do Oriente (China, sobretudo) e do Ocidente recebeu renovado fôlego com a publicação, em 2000, do livro *The Great Divergence*, de K. Pomeranz.<sup>13</sup> Nele, o autor levantou tese ousada, qual seja, a de que, ao final do séc. XVIII, haveria "incríveis semelhanças" entre a economia mais avançada da China (situada na região em torno do estuário do Yangtsé) e as da Europa, e que o descolamento dos padrões de vida/renda per capita destas últimas (e do Ocidente) em relação ao vale do Yangtsé/Ocidente só teria começado com a Revolução Industrial. Mais ainda, para Pomeranz, tal Grande Divergência teria resultado de fatores acidentais (mais especificamente, a presença de amplos depósitos de carvão mineral na Inglaterra e a proximidade desta do Novo Mundo), e não de qualquer outro elemento de 'superioridade' inglesa/europeia, a exemplo da presença de mercados desenvolvidos, cultura científica, instituições etc.<sup>14</sup>

Desde a publicação do livro de Pomeranz, o debate em torno de suas teses centrais tem se intensificado e parece apontar para uma

13 Ver Pomeranz (2000).

14 *Ibid.*. Para uma excelente resenha do livro, ver Vries (2001).

refutação dos principais postulados do autor.<sup>15</sup> Uma coisa, porém, parece ser unânime: ao lançar o seu livro, Pomeranz teve o mérito inequívoco de tirar a historiografia tradicional sobre a Revolução Industrial – ou, de forma mais ampla, a chamada “ascensão do Ocidente” e o início do crescimento econômico moderno – de um certo paroquialismo que caracterizava a maior parte da produção acadêmica até então.

Há duas décadas, sequer seria cabível fazerem-se perguntas como:

A Revolução Industrial foi inevitável?

(dada a liderança técnica da China no início do Segundo Milênio) Por que a China não foi o berço da Revolução Industrial?

Será que as origens da Grande Divergência devem ser buscadas bem antes do séc. XVIII?

Por que a Revolução Industrial e o crescimento econômico moderno se espalharam mais rapidamente para algumas partes do mundo do que para outras?<sup>16</sup>

Transcorridos quase 15 anos desde o lançamento do livro de Pomeranz, e após inúmeros artigos e monografias, a literatura sobre o crescimento econômico em perspectiva histórica tem procurado não apenas datar mais precisamente as origens da chamada Grande Divergência como, também, identificar seus fatores determinantes.

<sup>15</sup> Mais recentemente, Pomeranz reconheceu um certo exagero em seu argumento original, tendo recuado em um século (para c. 1700), por exemplo, a sua tese de equivalência de renda per capita das regiões mais ricas da China e Europa. Ver Pomeranz (2011). Mesmo esta revisão, porém, parece insuficiente para dar conta das inúmeras diferenças entre as economias das regiões mais dinâmicas da Europa e da China no início da Era Moderna. Para uma discussão pormenorizada dos argumentos de Pomeranz e outros membros da chamada ‘Escola da Califórnia’, ver Vries (2013). Broadberry (2013) traz novas estimativas da trajetória da renda per capita de países europeus e asiáticos no longuíssimo prazo, indicando grandes diferenças entre elas – ao contrário do que afirma Pomeranz. Ver, também, os dados à Tabela A1, ao final desta resenha.

<sup>16</sup> Uma lista (um pouco mais extensa) de perguntas semelhantes se encontra na introdução à entrevista concedida por J. Mokyr, uma das maiores autoridades no estudo da Revolução Industrial, a B. Snowden. Ver Snowden (2007), pp. 58-9.

Com relação à primeira questão, trabalho recente de S. Broadberry sustenta a visão tradicional segundo a qual as origens do fenômeno de trajetórias distintas de comportamento da renda per capita entre os países da Europa e do Oriente (China, em particular) remonta ao final da Idade Média – muito antes, portanto, da Revolução Industrial (ver a Tabela A1 ao final desta resenha).<sup>17</sup> Mais especificamente, tais origens se encontrariam em fenômeno conhecido como a Pequena Divergência, quando as economias do Noroeste europeu (Holanda e Inglaterra) se diferenciaram das demais economias do continente (em termos de comportamento de sua renda per capita) após a Peste Negra, em meados do séc. XIV.<sup>18</sup>

Fundamentalmente, enquanto que nas economias da Europa ocidental (exceto Espanha) houve um aumento da renda per capita imediatamente após a Peste Negra e até o início do séc. XV, seguido de queda ou estagnação da mesma à medida que a população recuperava os seus níveis pré-Peste, no Noroeste europeu, observou-se, do séc. XV em diante, crescimento lento (caso da Inglaterra) ou mais acelerado (Holanda), deixando para trás as demais economias do continente (inclusive o norte da Itália, até então a região mais rica da Europa).

Estimativas sobre agregados como renda per capita para períodos muito distantes no passado devem ser vistas com a necessária cautela.<sup>19</sup> De todo modo, os dados compilados por S. Broadberry parecem corroborar os dois fatos estilizados acima referidos, a saber: i. a existência,

<sup>17</sup> Ver, também, Broadberry (2013).

<sup>18</sup> Para a Pequena Divergência, ver de Pleijt e van Zanden (2013) e – embora utilizando denominação distinta (a ‘Grande Divergência dentro da Europa’) – Pamuk (2007).

<sup>19</sup> Ainda que, no caso da Holanda e Inglaterra, elas tenham sido geradas a partir de ampla informação estatística e dentro de um arcabouço de contabilidade social, e, para a Itália e Espanha, via um método indireto de cálculo do PIB pela ótica do produto. Os resultados, com ambas as metodologias, são mais confiáveis que aqueles constantes, por exemplo, dos trabalhos de Angus Maddison, e já foram incorporados na versão atualizada, por J. Bolt e J. L. van Zanden, da base de dados do Maddison Project (ver Maddison Project Database). As estimativas para a China são, comparativamente, muito menos precisas.

efetivamente, de uma Pequena Divergência dos países do Noroeste europeu após a Peste Negra; e ii. uma Grande Divergência (de parte da Europa) em relação à China que antecede – em muito – a Revolução Industrial.

Os fatores que explicam a excepcionalidade dos países do Noroeste europeu ao final da Idade Média/início da Era Moderna – isto é, o fenômeno da Pequena Divergência – não são exatamente os mesmos que deram origem ao Grande Enriquecimento. Isto porque o ritmo e a própria natureza do crescimento que se seguiu à Revolução Industrial – o crescimento econômico moderno – são distintos. Até então, os avanços da renda per capita de países como a Holanda e Inglaterra eram mais modestos e erráticos, sendo decorrentes, fundamentalmente, dos ganhos de especialização (ou smithianos), aos quais se somaram tanto um aumento na taxa de participação no mercado de trabalho como dos dias trabalhados ao longo do ano (a chamada Revolução Industrial).<sup>20</sup>

As taxas de crescimento da renda per capita aceleraram-se a partir da Revolução Industrial e ao longo do séc. XIX para ritmos que sequer eram factíveis anteriormente. Em sua origem, os aumentos de produtividade então alcançados, que só foram possíveis com o crescente avanço tecnológico (base do crescimento schumpeteriano), somados a ganhos de comércio/especialização e maior acumulação de capital físico e humano. A partir do momento em que um conjunto de países do Ocidente embarcou nesta trajetória de crescimento econômico ‘moderno’ sem que o mesmo tivesse ocorrido no restante do mundo, intensifica-se o fenômeno da Grande Divergência, subjacente ao Grande Enriquecimento, representado pela Figura 1.

<sup>20</sup> Para a Revolução Industrial, ver de Vries (1994). O significativo aumento das horas trabalhadas ao longo do ano é discutido por Allen e Weisdorf (2011).

Infelizmente, toda a discussão acima está ausente do livro de Saes & Saes, que dialoga pouco com a produção historiográfica recente tratando do principal fato econômico da história da humanidade nos últimos séculos: o Grande Enriquecimento, sua origem e causas.

\* \* \*

No restante desta resenha, irei atender o convite dos autores, que afirmam que “(...) receberão de bom grado comentários sobre erros, omissões e, também, sobre divergências com relação às interpretações propostas no texto” (p. IX). Neste espírito, procurarei deixar claras, em primeiro lugar, as diversas instâncias em que divirjo da interpretação de fatos/processos históricos discutidos pelos autores para, em seguida, indicar o que, a meu ver, são os poucos erros e omissões do texto.

Na discussão empreendida na Primeira e Segunda Parte do livro, os autores tomam o cuidado de, em diversos momentos, alertar o leitor para a existência de outros caminhos para a industrialização além daquele sugerido pelo ‘modelo inglês’, por eles discutido nos capítulos 3 a 6. Resumidamente, tal modelo envolveu um processo em que, ao avanço do capitalismo na agricultura inglesa a partir do final da Idade Média, conjugaram-se transformações na forma assumida pela produção industrial. Neste ponto, os autores se valem de modelo um tanto quanto esquemático proposto por autores como K. Marx, P. Mantoux e M. Dobb, segundo o qual haveria uma seqüência na forma de organização da produção industrial, partindo da indústria doméstica para a manufatura e, finalmente, a produção industrial capitalista (maquinofatura). Nas palavras de Saes & Saes, “(...) não se pode ignorar o significado da manufatura como uma forma de produção industrial que prepara o caminho para a Revolução Industrial” (p. 103).

Ora, ocorre que tal avaliação não é apoiada por estudos mais recentes sobre a chamada ‘proto-industrialização’, que indicam, ao contrário, não haver relação necessária entre tais formas de organização fabril pré-industriais e as fábricas capitalistas modernas.<sup>21</sup>

Aliás, este é apenas um dos muitos casos, nas duas primeiras Partes do livro, em que a discussão de fatos/processos históricos realizada pelos autores – por se fundar, quase que exclusivamente, nos textos clássicos – deixa de incorporar contribuições mais recentes em que determinadas teses anteriormente estabelecidas foram qualificadas ou, mesmo, refutadas.<sup>22</sup>

O tratamento dispensado, na seção 5.1, à dinâmica da inovação tecnológica durante a Revolução Industrial igualmente sofre com sua dependência exclusiva de textos escritos há cerca de um século (Mantoux) e meio século (Landes). Ainda que original e válida, a ideia de que as inovações verificadas, na Grã Bretanha, nos setores têxtil e metalúrgico, tenham seguido uma lógica do tipo ‘desafio-resposta’ (indicando o sentido da ‘demanda’ por inovações), ela não diz nada sobre a capacidade de resposta (‘oferta’) dos inventores/técnicos britânicos a esta demanda. Aqui, os autores poderiam ter recorrido às contribuições de J. Mokyr a respeito da existência daquilo que o autor denomina um ‘Iluminismo Industrial’ na Inglaterra a partir do séc. XVII ou, em chave semelhante, a da conformação de uma ‘economia do conhecimento’ na Europa, tal como proposta por M. Jacob.<sup>23</sup>

21 Para o caso inglês, ver Hudson (2004). A experiência do continente europeu tampouco confirma esta sequência ‘artesanato-manufatura-fábrica’. Ver, a respeito, Ogilvie e Cerman (1996).

22 Exemplo adicional pode ser visto na passagem em que Saes & Saes afirmam que as inovações técnicas (da Revolução Industrial) “(...) se concentraram em duas indústrias – a de tecidos de algodão e a do ferro (...)” (p. 151). Ocorre que as inovações da Revolução Industrial atingiram um grupo muito mais amplo de setores, dentre os quais o químico (álcalis e soda cáustica, por exemplo), máquinas e instrumentos, papel, vidro, refino de açúcar, iluminação a gás, entre outros. Para uma discussão, ver Mokyr (2009), especialmente cap. 7.

23 Ver, respectivamente, Mokyr (2009) e Jacob (2014).

A discussão do caso da Holanda durante o início da Era Moderna também se ressentiu do pouco uso, por parte dos autores, da literatura especializada mais recente. Embora há muito reconhecido como um exemplo de sucesso econômico no período pré-industrial, o interesse pelo estudo mais aprofundado de um país que dava mostras de ser economicamente “moderno” antes mesmo de se industrializar ganhou ímpeto a partir da publicação, em 1997, do influente livro de J. de Vries e Ad van der Woude.<sup>24</sup> Pesquisas subsequentes levadas a cabo por historiadores econômicos baseados, majoritariamente, nas universidades de Groningen, Leiden e Utrecht, têm procurado quantificar a extensão do crescimento da renda per capita naquela província/país e concluem que ele foi persistente, instável e, ainda que baixo para os padrões pós-Revolução Industrial (de 0,2% a.a., em média, nos 450 anos que separam a Peste Negra das invasões napoleônicas), sem paralelos no resto do mundo antes do séc. XIX.<sup>25</sup>

A presente resenha, é claro, não é o espaço para se discutir o importante caso holandês. Nota-se, apenas, que muitos dos argumentos trazidos por Saes & Saes na Primeira e Segunda Partes de seu livro, envolvendo a transição do Feudalismo para o Capitalismo ou a Revolução Industrial, ganhariam enormemente caso os autores incorporassem, em sua discussão, os insights trazidos pela literatura tratando da experiência peculiar da Holanda. Perguntas como “Onde nasceu o capitalismo, na Inglaterra ou na Holanda?”; “Por que a Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra e não na Holanda?” “É possível haver crescimento econômico ‘moderno’ antes

24 Ver de Vries e van der Woude (1997). A propósito, chama atenção a ausência, nesta História Econômica Geral, de qualquer referência à vasta obra de Jan de Vries, um dos mais produtivos e influentes early modernists, com trabalhos seminiais tratando, entre outros, da chamada Crise Geral do Século XVII (de Vries, 1976), urbanização (de Vries, 1984) e da Revolução Industrial (de Vries, 1994).

25 Para as estimativas mais recentes do comportamento de longo prazo da economia da província da Holanda, ver van Zanden e van Leeuwen (2012).

da industrialização?” ajudam-nos a refinar argumentos a respeito da experiência inglesa de industrialização e, de forma mais geral, sobre o fenômeno do crescimento econômico.

De novo, não se pretende aqui oferecer respostas a estas importantes indagações, mas apenas sinalizar o quanto esta História Econômica Geral poderia se beneficiar caso alargasse o diálogo para incorporar, também, a produção acadêmica mais recente.<sup>26</sup>

Exemplo disto, em diversas passagens dos capítulos iniciais da obra, os autores – acertadamente – chamam a atenção para a importância da inovação tecnológica à época da Revolução Industrial. Contudo, afora a já mencionada ausência de discussões em torno da maior capacidade de oferta de tecnologia por parte de técnicos/inventores britânicos no período, há certa confusão no texto com relação ao sentido do progresso técnico vivenciado pela Grã Bretanha no séc. XVIII. Assim, à p. 167 indaga-se “(...) por que inovações poupadoras de mão de obra foram introduzidas num período em que parece haver uma grande disponibilidade de trabalhadores em função do crescimento populacional?”. Trata-se, na realidade, de uma pergunta mal formulada: o ponto a se destacar – conforme enfatizado na literatura recente – é que os salários na Inglaterra eram os mais elevados do mundo<sup>27</sup> e

26 Neste sentido, o argumento de Hobsbawm (reproduzido à p. 159), em seu livro clássico sobre a Revolução Industrial (*Industry and Empire*, originalmente publicado em 1968), segundo quem tal Revolução não teria ocorrido na Holanda já que “(...) os elevados ganhos (nas atividades comerciais e financeiras) teriam limitado as iniciativas na direção da atividade industrial” não parece muito convincente. Além de reduzir, implausivelmente, a ocorrência de uma Revolução Industrial à existência de oportunidades de investimento lucrativo no setor industrial, o argumento desconsidera que (dada a abundância de capitais na Holanda no séc. XVIII) as taxas de juros lá praticadas eram as mais baixas do mundo, levando, inclusive, ao direcionamento de recursos financeiros para a Inglaterra. Para possíveis razões para a Holanda não ter sido o berço da Revolução Industrial, ver Mokyr (2000).

27 Ver Allen et al. (2011). Para ser exato, no séc. XVIII os salários reais (em termos de uma cesta de consumo ‘representativa’) de trabalhadores da construção civil em Londres eram os mais altos do mundo. Caso se considere outras regiões da Inglaterra (Oxford, Leicester e Lancashire), eles seriam inferiores aos de Londres e semelhantes aos que eram pagos a trabalhadores de Amsterdã à época. Para detalhes, ver Allen (2013).

igualmente elevados na comparação com o custo do capital ou da energia (carvão mineral) dentro do país. Daí o aparente paradoxo se desfaz: as inovações da Revolução Industrial foram, sim, poupadoras de mão de obra em um contexto de população crescente porque os salários reais na Inglaterra eram, relativamente, elevados e também crescentes.<sup>28</sup>

Já o tratamento dado no livro à experiência das industrializações retardatárias (cap. 10) segue um padrão conhecido, ou seja, apresentar os casos de alguns países europeus (França, Alemanha e Rússia) e não-europeus (Japão e EUA), ressaltando as particularidades de cada um. A competente síntese efetuada por Saes & Saes vem acompanhada – tal como anteriormente – da observação de que não havia um padrão único

**Tabela 1 ESTIMATIVA DE RENDA PER CAPITA DE PAÍSES SELECIONADOS, 1820-1930 (em US\$ internacionais de 1990)**

País	1820	1870	1913	1930
Alemanha		1.839	3.648	3.973
França	1.135	1.876	3.485	4.532
Dinamarca	1.274	2.003	3.912	5.341
EUA	1.361	2.445	5.301	6.213
Japão		737	1.327	1.850
Austrália	518	3.273	5.157	4.708
Chile	605	1.290	2.988	2.859
Argentina		1.468	3.797	4.080
Uruguai	1.165	2.181	3.310	4.301

Fonte: Maddison Project Database, versão 2013-01. (<http://www.ggdnc.net/maddison/maddison-project/data.htm>; acessado em 29/8/2014).

28 A respeito do sentido (poupador de trabalho) das inovações da Revolução Industrial em um contexto de energia e capital relativamente mais baratos, ver Allen (2009). A discussão, às pp. 171-2, sobre os cercamentos dos campos na Inglaterra também ganharia com a incorporação de resultados mais recentes da pesquisa histórica. À luz da literatura especializada das últimas duas décadas, não procede a afirmação dos autores de que “(...) o sistema de campo aberto...impedia a adoção de novas técnicas e procedimentos que tenderiam a aumentar a produtividade”. Para uma visão contrária, apontando a frequente introdução de técnicas novas nos campos comuns e os poucos efeitos dos cercamentos sobre a produtividade agrícola na Inglaterra, ver Overton (1996) e Allen (2004).

para a industrialização e o crescimento econômico, moldado pelo caso britânico.

Infelizmente, porém, os autores não levam adiante as implicações disto para uma discussão em torno da disseminação do crescimento econômico moderno para países muito diversos, ao longo do séc. XIX. Tal ponto fica mais claro a partir da tabela abaixo, que reúne uma amostra de países que experimentaram, no séc. XIX, crescimento sustentado – e intenso – da renda per capita.

São conhecidos os casos de economias ‘de fronteira’, a exemplo da Argentina, Uruguai e Austrália, que cresceram e atingiram níveis elevados de renda per capita ao longo do séc. XIX, sem que a indústria tenha tido um papel de destaque neste processo. O mesmo se aplica à Dinamarca, cuja riqueza derivou da consolidação de um sistema de cooperativas agrícolas com produção destinada, majoritariamente, à exportação.<sup>29</sup>

O ponto que se deseja ressaltar aqui é que, nesta parte do texto, os autores poderiam ter elaborado mais suas repetidas ressalvas quanto à existência de vários ‘modelos’ de crescimento econômico/industrialização além do pioneiro, inglês. Ao fazê-lo, inevitavelmente se deparariam com questão controversa nos estudos sobre o desenvolvimento econômico – a relação entre o fenômeno de crescimento econômico e a industrialização. Será que o primeiro pressupõe o segundo? Os dados da tabela acima sugerem que não, ao menos para certas economias que se especializaram na produção e exportação de commodities temperadas ou de minerais no ‘longo’ séc. XIX, cujos níveis de renda per capita em 1913 se assemelhavam aos alcançados por países

29 Chama a atenção o caso do Japão. Embora tivesse se tornado, ao final do séc. XX, um dos países mais industrializados e ricos do mundo, nada indicava, às vésperas da I Guerra, que isto ocorreria: sua renda per capita em 1913 era equivalente a 1/4 da australiana e 1/3 da argentina (ver Tabela 1).

em que a indústria teve maior importância.<sup>30</sup>

Mais ainda: mesmo em se tratando dos países que se tornariam as grandes potências industriais no início do séc. XX – EUA e Alemanha – o setor de serviços também contribuiu decisivamente para seu crescimento e a eventual ultrapassagem em relação à Inglaterra.<sup>31</sup> No caso dos EUA, o crescimento médio da renda per capita, estimado em 0,9% a.a. entre 1800-1840, resultou, sobretudo, da intensificação do comércio interno, e das exportações de algodão, mais até que da expansão do setor industrial.<sup>32</sup> Fenômeno análogo (de ganhos de especialização), provavelmente, ocorreu na Alemanha a partir do Zollverein e da integração de mercados internos proporcionada pela expansão ferroviária.

Em suma, por mais que os autores tenham tido o cuidado de ressaltar a inexistência de um caminho único para o crescimento econômico sustentado após a Revolução Industrial, a discussão empreendida no cap. 10 pode levar o leitor à conclusão de que a industrialização (ainda que assumindo formas próprias em cada país) o seria.<sup>33</sup> A experiência histórica, porém, sugere que não. Além da industrialização, também teve papel decisivo para a disseminação, no séc. XIX, do crescimento sustentado da renda per capita para um conjunto de países além do Noroeste europeu a própria extensão do capitalismo em escala global. Tal fenômeno ajudou a criar ou adensar mercados de bens e fatores de produção em todos os setores da economia, inclusive na agricultura (que, na maior parte dos países, ainda constituía, de longe, o principal empregador e

30 O exemplo mais eloquente é o da Austrália, cuja renda per capita entre c. 1860-1890 era a mais alta do mundo e, às vésperas da I Guerra Mundial, inferior apenas à da Suíça e dos Estados Unidos. Para uma discussão dos fatores por detrás da prosperidade australiana, ver McLean (2013).

31 Para o argumento, ver Drabberry (1998).

32 Ver Atack e Passell (1994).

33 Questão análoga se coloca na Primeira e Segunda Parte do livro, quando, não obstante repetidas ressalvas quanto à existência de ‘modelos’ outros de industrialização que não o da Inglaterra, a ênfase do texto repousa em exaustivo tratamento da ‘transição do Feudalismo para o Capitalismo’, fenômeno de pouca aplicabilidade para outros países.

respondia pela maior parte do PIB).<sup>34</sup> Com isso, auferiram-se ganhos de produtividade crescentes e, por conseguinte, avanço sustentado da renda per capita, ou seja, o crescimento econômico moderno.

Os demais pontos (três no total) em que minha interpretação de fatos/processos históricos difere daquela apresentada em História Econômica Geral são menores e dizem respeito ao séc. XX. Procurarei tratá-los de forma sucinta para, então, concluir com o que julgo serem duas omissões e dois erros do texto.

O primeiro foco de discordância é com relação ao tratamento dado, pelos autores, aos fatores que possibilitaram à economia americana começar a se recuperar das profundezas da Grande Depressão. A boa discussão, no capítulo 15, do New Deal de Roosevelt pode deixar a falsa impressão – ainda que involuntária – de que seus programas tiveram papel decisivo para o início da recuperação da economia do país após 1933 (sobretudo quando a experiência do New Deal é tratada antes de uma discussão das políticas praticadas pelos regimes totalitários da Itália, Alemanha e Japão à mesma época, com reconhecidos impactos contra-cíclicos). A literatura sobre a Grande Depressão nos EUA, ao contrário, atribui à política monetária – e não à fiscal (incluindo o New Deal) – o papel de dar início à lenta recuperação da economia americana, a partir da desvalorização do dólar e suspensão de sua conversibilidade, no início do primeiro governo Roosevelt.<sup>35</sup>

Os outros pontos de discordância em relação à interpretação oferecida por Saes & Saes se inscrevem na discussão do processo de reconstrução da economia europeia após a II Guerra. Assim, ao tratarem do Plano Marshall, os autores fazem duas afirmações questionáveis: “Há

<sup>34</sup> Este ponto é feito de forma persuasiva por Harley (2014).

<sup>35</sup> Ver Eichengreen (2004).

um razoável consenso sobre os resultados econômicos do Plano Marshall” (p. 440); e “Uma das poucas condições exigidas pelos Estados Unidos para a realização dos investimentos nos países era de que seus governos não fossem governos socialistas ou comunistas” (p. 461).

A literatura sobre o Plano é vasta, mas não tem sido capaz de dissipar a visão “popular” segundo a qual os recursos por ele alocados teriam sido essenciais para a reconstrução europeia no pós-Guerra. Milward (1984) deu início a um revisionismo extremo, argumentando que, ao contrário, as taxas de crescimento econômico da Europa no período não teriam sido, fundamentalmente, mais baixas na ausência do Plano Marshall. Este revisionismo, por sua vez, vem sendo, ele próprio, revisto, com autores destacando os efeitos do Plano sobre o sistema de economia política na região. Em particular, para Eichengreen (2007) o Plano não apenas aliviou a crônica escassez de dólares então experimentada pela Europa, como permitiu aos Estados Unidos oferecerem incentivos para a adoção, por parte dos países da região, de sistemas econômicos mais pró-mercado, com impactos positivos – e de longo prazo – sobre o crescimento econômico. Já Berger e Ritschl (1995) enxergam o Plano como um conjunto de instituições que ‘amarravam’ os ex-beligerantes numa rede de cooperação, tendo como objetivo a reconstrução alemã, a ser sustentada pela intensificação do comércio intra-europeu, base última do reerguimento do continente por suas próprias forças. Ao que parece, não há, propriamente, um consenso acadêmico em torno dos resultados do Plano Marshall.

Também não procede a ideia de que eram poucas as condicionalidades ligadas à concessão de ajuda americana aos europeus. Conforme notam de Long e Eichengreen (1991), para receber ajuda dentro do Plano, cada país recipiente deveria assinar acordo bilateral com os EUA, con-

cordando em equilibrar o orçamento do governo, restaurar a estabilidade financeira doméstica, estabilizar a sua taxa de câmbio em níveis realistas e apresentar programa prevendo a remoção de quotas e demais controles sobre o comércio internacional.<sup>36</sup> Como se vê, são exigências que vão além daquelas de natureza político-ideológicas destacadas por Saes & Saes.

A última divergência de interpretação mais significativa envolve a discussão da natureza da política econômica adotada na Alemanha (Occidental) no pós-Guerra. Não parece precisa a avaliação dos autores de que uma política “mais próxima do mercado” teria sido abandonada, naquele país, em 1960, política esta que, desde a reforma monetária de 1948, teria se pautado na “ortodoxia monetarista”.<sup>37</sup> Na realidade, a doutrina econômica que serviu de base para a política econômica do governo democrata-cristão de K. Adenauer nos anos 1950 – a chamada ‘economia social de mercado’ – se caracterizava, justamente, por se posicionar entre o liberalismo clássico e o intervencionismo extremo, sendo questionável retratá-la como sendo “mais próxima do mercado”.<sup>38</sup>

Se a identificação de pontos de divergência quanto à interpretação dos autores envolve forte grau de idiosincrasia por parte do resenhista, esta está mais presente ainda quando se trata de possíveis omissões no texto do livro. As duas, que serão brevemente discutidas a seguir, envolvem contribuições que, a meu juízo, poderiam ter enriquecido o texto de Saes & Saes.

A primeira é de Edward Wrigley, conhecido demógrafo histórico inglês, com contribuição muito original para o entendimento de diversos processos econômicos, demográficos e

sociais associados à Revolução Industrial britânica  
 36 Ver de Long e Eichengreen (1991), pp. 48-9.  
 37 Ver Saes e Saes (2013), p. 449.  
 38 Para as origens intelectuais da doutrina da ‘economia social de mercado’, no chamado ‘neoliberalismo’ dos anos 30, ver Hartwich (2009).

nica.<sup>39</sup> Seus trabalhos na área foram consolidados em livro de 2010, cujo objetivo, segundo o próprio autor, não é explicar as origens do crescimento rápido, mas as razões pelas quais ele não cessou após a Revolução Industrial (como era a norma até então).<sup>40</sup>

O trabalho de Wrigley trouxe renovado interesse no papel do carvão mineral na história da industrialização britânica, não apenas como combustível importante para a geração de vapor e fonte de energia térmica em processos industriais diversos, mas, de forma mais geral, como a chave que abriu a passagem daquilo que ele próprio denomina uma ‘economia orgânica avançada’ para uma economia moderna, ‘baseada em minerais’.

Com o uso crescente do carvão mineral desde o séc. XVI, argumenta Wrigley, a Inglaterra foi capaz de reservar suas terras para uma agricultura intensiva em animais (ao prescindir de grandes extensões de florestas para a produção de lenha e carvão vegetal), o que permitia uma dieta mais rica aos ingleses e provia força não-humana (bois e cavalos) em uma escala sem igual no mundo. Uma agricultura com níveis de produtividade sem rival, a intensificação do comércio doméstico, as grandes migrações internas, a forte urbanização e o aumento das taxas de fertilidade serviram de pano de fundo para uma economia que, pela primeira vez na história humana, conjugou forte aumento populacional (de 5,9 milhões para 16,7 milhões entre 1750 e 1850) com aumento (estimado em cerca de 50%) na renda per capita.

A contribuição de Wrigley, que combina, como já dito, energia, agricultura, demografia, transportes e indústria em um ‘modelo’ integrado

39 Um trabalho de autoria de Wrigley, datado de 1986 (“Urban Growth and Agricultural Change: England and the Continent in the Early Modern Period”), consta das referências ao cap. 8, sem que suas ideias tenham sido explicitamente discutidas pelos autores no corpo do texto.  
 40 Ver Wrigley (2010).

e bastante original torna-a referência obrigatória nas discussões modernas sobre a Revolução Industrial e o desenvolvimento econômico de forma mais geral, no qual, como é sabido, o papel da energia tem lugar central.

Outra omissão que, a meu ver, retira parte do poder do livro de Saes & Saes de dialogar com questões mais contemporâneas na área de crescimento econômico envolve o tratamento dado à chamada Era de Ouro do capitalismo (cap. 17). Ao se concentrarem, exclusivamente, nos fatores de estímulo pelo lado da demanda (políticas de pleno emprego, consolidação do Estado de Bem Estar, gastos militares), os autores desconsideram elementos do lado da oferta que asseguraram crescimento sem precedentes da renda per capita de países da Europa Ocidental e que, uma vez esgotados, levaram suas economias a apresentar taxas mais modestas de crescimento econômico a partir dos anos 1970. Em particular, não foi mencionado o impulso ao crescimento trazido pelos ganhos de produtividade associados à transferência maciça de recursos da agricultura para a indústria e serviços entre 1950-73, em processo análogo ao experimentado pelo Brasil nos anos 1950 e 1960 e, mais recentemente, pela China.<sup>41</sup>

\* \* \*

Em um trabalho de fôlego como é esta História Econômica Geral, de Saes & Saes, cobrindo 1.000 anos de experiência humana, diversos países e inúmeros fatos/processos históricos, é inevitável que se façam escolhas. Os autores as fizeram e as deixaram claras na Apresentação e Introdução ao livro, para benefício do leitor. O

<sup>41</sup> Para a relação entre a mudança estrutural nas economias europeias e a Era de Ouro, ver Temin (2002), estendendo argumento originalmente feito por Kindleberger (1967). Somados a estes ganhos – envolvendo, no caso europeu, uma aproximação à fronteira tecnológica determinada pela economia americana –, houve, adicionalmente, os efeitos do deslocamento “para fora” desta fronteira a partir dos aumentos de produtividade associados ao progresso técnico nos EUA nas décadas anteriores. Para este ponto, ver Field (2003).

autor desta resenha, é claro, tem as suas próprias preferências, inclusive quanto a abordagem, recorte temporal/espacial, bibliografia etc. Caso tivesse a coragem (e ele não tem) de, solitariamente, se lançar ao desafio, encarado pelos autores, de contar uma história do capitalismo, o produto final seria bem diferente, e refletiria idiossincrasias, possíveis talentos e reconhecidas limitações pessoais.

As muitas divergências de interpretação discutidas acima, bem como as poucas omissões, não devem ser entendidas como argumentos em favor de algo que julgo dever constar de livro como a história “correta” do capitalismo.<sup>42</sup> São, isso sim, reflexões de um leitor interessado que, atendendo ao convite feito pelos autores no início da obra, procurou engajar-se genuinamente com seus argumentos e, como sempre ocorrerá nestes casos, encontrou espaço para divergir. Penso não haver melhor tributo aos autores desta boa História Econômica Geral.

<sup>42</sup> Só identifiquei dois erros mais claros no texto. Primeiramente, não é verdade, como se afirma à p. 158, que o Tratado de Methuen, entre a Inglaterra e Portugal (1703), tenha estabelecido “isenção tarifária para os tecidos ingleses em Portugal”. O Tratado apenas revogou as proibições à importação de artigos manufaturados de lã, que estavam em vigor desde 1654, sem que dispusesse qualquer coisa sobre tarifas de importação. O segundo ponto (ver p. 461) envolve a sugestão de que o Japão fora um dos beneficiários dos US\$ 13 bilhões tornados disponíveis pelo European Recovery Program (Plano Marshall), o que, é claro, não foi o caso.

## Referências

ABU-LUGHOD, Janet. *Before European Hegemony: the world system, A. D. 1250-1350*. Nova York e Oxford: Oxford University Press, 1989.

ALLEN, Robert. “The High Wage Economy and the Industrial Revolution: a restatement”. *Discussion Papers in Economic and Social History*, n. 115, University of Oxford, June 2013.

\_\_\_\_\_. *The British Industrial Revolution in Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. “Agriculture during the Industrial Revolution, 1700-1850”. In: Roderick Floud e Paul Johson, eds. *The Cambridge Economic History of Modern Britain*, (vol. I – ‘Industrialization, 1700-1860’). Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. e J. L. WEISDORF. “Was There an ‘Industrious Revolution’ before the Industrial Revolution? An empirical exercise for England, c. 1300-1830”. *Economic History Review*, vol. 64, n. 3, 2011, pp. 715–729.

\_\_\_\_\_, Jean-Pascal BASSINO, Debin MA, Christine MOLL-MURATA e Jan Luiten van ZANDEN. “Wages, Prices, and Living Standards in China, 1738-1925: in comparison with Europe, Japan, and India”. *Economic History Review*, vol. 64, S1, 2011, pp. 8-38.

ATACK, Jeremy e Peter PASSELL. *A New Economic View of American History*. Nova York e Londres: W. W. Norton, 2a ed., 1994.

BERGER, Helge e Albrecht RITSCHL. “Germany and the Political Economy of the Marshall Plan, 1947-1952: A Re-Revisionist View.” In: B. Eichengreen, ed. *Europe’s Postwar Recovery*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BROADBERRY, Stephen. “Accounting for the Great Divergence”. *Economic History Working Papers*, LSE, No. 184, 2013.

\_\_\_\_\_. “How Did the United States and Germany Overtake Britain? A Sectoral Analysis of Comparative Productivity Levels, 1870-1990”. *The Journal of Economic History*, Vol. 58, No. 2, June 1998, pp. 375-407.

CASTRO, Nivalde. *O Economista: a história da profissão no Brasil*. Rio de Janeiro: Cofecon, Corecon/RJ e Corecon/SP, 2001.

EICHENGREEN, Barry. *The European Economy Since 1945: coordinated capitalism and beyond*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. “Understanding the Great Depression”. *The Canadian Journal of Economics / Revue Canadienne d’Economie*, vol. 37, n. 1, February 2004, pp. 1-27.

FIELD, Alexander. "The Most Technologically Progressive Decade of the Century". *The American Economic Review*, vol. 93, n. 4, September 2003, pp. 1399-1413.

FINDLAY, Robert e Kevin O'ROURKE. *Power and Plenty: trade, war and the world economy in the second millennium*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

FLOUD, Roderick, Robert FOGEL, Bernard HARRIS e Sok C. HONG. *The Changing Body: health, nutrition, and human development in the Western world since 1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FOGEL, Robert. *The Escape from Hunger and Premature Death, 1700-2100: Europe, America and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FRANCO Jr., Hilário e Paulo P. CHACON. *História Econômica Geral*. São Paulo: Atlas, 1985.

HARLEY, Knick. "British and European Industrialization". In: Larry Neal e Jeffrey Williamson, eds. *The Cambridge History of Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. I ('The Rise of Capitalism: from Ancient Origins to 1848'), 2014.

HARTWICH, Oliver Marc. "Neoliberalism: The Genesis of a Political Swearword." *CIS Occasional Paper*, n. 114, May 2009.

HUDSON, Pat. "Industrial Organization and Structure". In: Roderick Floud e Paul Johnson, eds. *The Cambridge Economic History of Modern Britain*, (vol. I – 'Industrialization, 1700-1860'). Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

JACOB, Margaret. *The First Knowledge Economy: human capital and the European economy, 1750-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

KENNY, Charles. "Why Are We Worried About Income? Nearly Everything that Matters is Converging". *World Development*, vol. 33, n. 1, 2005, pp. 1-19.

KINDLEBERGER, Charles. *Europe's Postwar Growth: the role of labor supply*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1967.

de LONG, J. Bradford e Barry EICHENGREEN. "The Marshall Plan: History's Most Successful Structural Adjustment Program". *NBER Working Paper*, No. 3899, November 1991.

MADDISON PROJECT DATABASE, versão 2013-01. <http://www.ggdc.net/maddison/maddison-project/data.htm>. Acessado em 29/08/2014.

McCLOSKEY, Deirdre. *Bourgeois Dignity: why economics can't explain the modern world*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

McLEAN, Ian W. *Why Australia Prospered: the shifting sources of economic growth*. Prince-

ton e Oxford: Princeton University Press, 2013.

MILANOVIC, Branko. *The Haves and Have-Nots: a brief and idiosyncratic history of global inequality*. Nova York: Basic Books, 2011.

MILWARD, Alan S. *The Reconstruction of Western Europe, 1945-51*. Londres: Methuen, 1984.

MOKYR, Joel. *The Enlightened Economy: an economic history of Britain, 1700-1850*. New Haven e Londres: Yale University Press, 2009.

\_\_\_\_\_. "The Industrial Revolution and the Netherlands: why did it not happen?". *De Economist*, vol. 148, n. 4, October, 2000, pp. 503-20.

NEAL, Larry e Jeffrey WILLIAMSON, eds. *The Cambridge History of Capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2 vols., 2014.

OGILVIE, Sheilagh e Markus CERMAN. "Proto-Industrialization, Economic Development and Social Change in Early Modern Europe". In: Sheilagh Ogilvie e Markus Cerman, eds. *European Proto-Industrialization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

OVERTON, Mark. *Agricultural Revolution in England: the transformation of the agrarian economy, 1500-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PAMUK, Şevket. "The Black Death and the Origins of the 'Great Divergence' across Europe, 1300-1600". *European Review of Economic History*, n. 11, 2006, pp. 289-317.

de PLEIJT, Alexandra M. e Jan Luiten van ZANDEN. "Accounting for the 'Little Divergence': what drove economic growth in pre-industrial Europe, 1300-1800?". Working Paper n. 46, Center for Global Economic History, Utrecht University, November 2013.

POMERANZ, Kenneth. "Ten Years After: Responses and Reconsiderations". *Historically Speaking*, volume 12, n. 4, September 2011, pp.20-25.

\_\_\_\_\_. *The Great Divergence: China, Europe, and the making of the modern world economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

REZENDE FILHO, Cyro. *História Econômica Geral*. São Paulo: Contexto, 1992.

SAES, Flávio A. Marques de e Alexandre M. SAES. *História Econômica Geral*. São Paulo: Saraiva, 2013.

SNOWDON, Brian. "The Power of Ideas: Joel Mokyr on the Intellectual Origins of the Industrial Revolution and Modern Economic Growth". *World Economics*, vol. 8, n. 3, July-September 2007, pp. 53-110.

TEMIN, Peter. "The Golden Age of European Growth Reconsidered". *European Review of Economic History*, vol. 6, No. 3, 2002, pp. 3-22.

VRIES, Peer. *Escaping Poverty: the origins of modern economic growth*. Vienna: University of Vienna Press, 2013.

\_\_\_\_\_. "Are Coal and Colonies Really Crucial? Kenneth Pomeranz and the Great Divergence". *Journal of World History*, vol. 12, n. 2, 2001, pp. 407-446.

de VRIES, Jan. "The Industrial Revolution and the Industrious Revolution". *Journal of Economic History*, vol. 54, n. 2, June 1994, pp. 249-270.

\_\_\_\_\_. *European Urbanization, 1500-1800*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984.

\_\_\_\_\_. *The European Economy in an Age of Crisis, 1600-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

\_\_\_\_\_ e Ad van der WOUDE. *The First Modern Economy: success, failure and perseverance of the Dutch economy, 1500-1815*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WILLIAMSON, Jeffrey. *Trade and Poverty: when the Third World fell behind*. Cambridge, MA e Londres: MIT Press, 2011.

WRIGLEY, Edward A. *Energy and the English Industrial Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

van ZANDEN, Jan Luiten e Bas van LEEUWEN. "Persistent but not Consistent: the growth of national income in Holland, 1347-1807". *Explorations in Economic History*, vol. 49, 2012, pp. 119-130.

